

**SISTEMA CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO
MODELO DE FINANCIAMENTO**

Apresentado pelo MCES em 16/Abril/04 para discussão pública.

*José Ferreira Gomes
Universidade do Porto*

O documento gerou bastante discussão na comunidade universitária e muitas reacções iniciais positivas. De facto, ele evidencia preocupações que são comuns à maioria dos membros da comunidade científica e é louvável a decisão de as assumir ao mais alto nível. Nesse período inicial, a atenção foi focada na contagem dos 100 artigos ISI... (Até houve quem sugerisse que teria sido uma estratégia para desviar a atenção do mais importante!) Depois vieram as reflexões mais sérias e também mais críticas. Permito-me um pequeno conjunto de comentários breves.

1. O ponto mais revolucionário é o conceito de "doutor não elegível" para financiamento das unidades. Não ouvi grandes reparos e pode ser o ponto de partida para uma importante "segmentação" do universo dos docentes do ensino superior.
2. Quanto ao ponto controverso do "prémio pelas 100 publicações", creio que a ideia não está ainda bem amadurecida mas não pode morrer! Facilmente seria adaptada a um prémio de produtividade à maneira espanhola ou brasileira. Se o prémio não for salarial mas apenas de apoio à investigação, ele reterá ainda o efeito de reconhecimento que acredito é a componente mais importante do sucesso dos hexénios espanhóis. Acredito que esse é o factor principal para que a Espanha tenha feito o milagre de subir a produção científica e a qualidade (impacto).
3. O corpo principal do documento ensaia uma fórmula de avaliação, quase objectiva. Contudo a vida é mais complicada e não se pode reduzir a um algoritmo. Na avaliação da investigação muitos outros o tentaram e ainda não conseguiram... Contudo temos aí ideias úteis para a construção de um Guião de Avaliação que oriente melhor os avaliadores da FCT, isto é, que ajude a objectivar um pouco o sistema de avaliação actual. Já houve esforços neste sentido mas há ainda muito trabalho a fazer.
4. A classificação das unidades, agora entidades, de investigação de acordo com a sua dimensão deve ser reflectida. Sei que um universo de unidades de dimensão muito diversa é difícil de gerir. Não estou certo de que o sistema ganhe em eficiência ou em eficácia pela construção de grandes unidades; estou certo de que se perderá muito se forem criadas grandes unidades "territoriais" sem qualquer foco ou cultura comum onde a avaliação global será impossível e a individual evitável. Para construir conhecimento, a dimensão óptima depende das áreas e do temperamento das pessoas; para contribuir para a resolução de problemas concretos (e, por isso, complexos) da nossa sociedade serão certamente necessárias unidades de certa dimensão. Em resumo, os laboratórios associados (na sua intenção inicial) terão de ser grandes; as unidades focadas no desenvolvimento experimental ou na promoção de inovação terão de ser grandes; as unidades simplesmente interessadas no avanço do saber não.
5. O ponto anterior terá de ser corrigido se às unidades de investigação forem atribuídas competências para a formação avançada, mestrado e doutoramento. Toda a formação avançada exige a exposição do formando a uma multiplicidade de saberes e de técnicas (mesmo que estejam focadas numa área do saber muito especializada). Para isso será preciso constituir comunidades de saber relativamente alargadas, a exemplo do que holandeses, franceses ou espanhóis já compreenderam há algum tempo. Não podemos manter doutoramentos com o universo de aprendizagem reduzido a um aluno e a um tutor. Poderão produzir excelentes técnicos na área respectiva mas nunca um investigador com a flexibilidade intelectual e a amplitude de experiência necessária para uma vida autónoma frutuosa. Para os mestrados, a situação não é muito diferente, mesmo que estes sejam

transformados em simples segundos ciclos na linguagem de Bolonha. Em França, só são autorizados os segundos ciclos (*master*) em universidades que tenham um bom ambiente de investigação, como tal avaliado para a área respectiva e a prática do governo tem sido bastante restritiva. Acresce que isto é verdade mesmo quando o *master* tem uma intenção fortemente vocacional; o ambiente de investigação é julgado essencial para toda a formação universitária.

6. Sugerir na apresentação a necessidade de avaliar e financiar separadamente a Investigação e a Inovação. Sei que isto não é pacífico (e que a minha área sairia prejudicada). É costume dizer-se que não há investigação pura e investigação aplicada. Há boa e há má. Verdade, mas a realidade é mais complicada.

Noto que em Espanha se fala sempre de I&D+i, enquanto que em Portugal este +i (de inovação) continua exilado para uma Agência de Inovação que nunca teve um funcionamento nem estável nem transparente, parecendo vogar mais ao sabor da política ou melhor da origem do presidente que lá é colocado. (Estará agora a encontrar o seu rumo?) A FCT, com todos os seus defeitos, já está noutra patamar!

Na Hungria há três agências de financiamento da investigação. Na linguagem que ouvi ao ministro da investigação húngaro, consideram:

- a) **I&d**, isto é investigação para o avanço dos conhecimentos da humanidade,
- b) **i&D+i** para o desenvolvimento experimental capaz de contribuir para o desenvolvimento socio-económico da Hungria e
- c) **i&d+I** para a transferência de tecnologia e a inovação nas empresas e na sociedade húngara em geral.

Acresce que temos em Portugal os politécnicos num limbo estranho. Muitos dos seus mais jovens e melhores docentes associam-se a unidades das universidades e muito bem. Mas, como poderemos então esperar que a cultura e o ensino sejam diferenciados? Acresce que é já bem óbvio que não teremos recursos para generalizar a promoção da investigação competitiva internacionalmente nas nossas universidades e que esta investigação tem dificuldade em demonstrar a sua utilidade para a nossa sociedade. Não se poderia ajudar um sector da nossa comunidade de ensino superior a interactuar mais fortemente com organizações da sua região, mesmo com actividades que noutros países já não fariam sentido?

Não estou a sugerir que se separe a FCT em duas, a das universidades e a dos politécnicos! Estou sim a sugerir que se separe (mesmo dentro da FCT) o financiamento da investigação de impacto internacional do apoio à actividade de transferência de tecnologia e o apoio à inovação nas empresas e outras organizações portuguesas. As universidades fazem as duas coisas; os politécnicos poderão fazê-lo também. O financiamento da investigação de impacto internacional só irá poder atingir um número muito limitado de aspirantes a investigador, aos que com arte ou sorte mostrem ser mais capazes. Muito outro trabalho há para fazer que será útil ao país e útil à formação dos estudantes.

Feito isto, será preciso ser cuidadoso na definição do conceito de projecto de doutoramento mas aí temos bons exemplos a seguir, uns distantes, outros mais próximos. O doutoramento está associado a uma contribuição original para o avanço dos conhecimentos da humanidade. Obtido, terá de ser testado na comunidade interessada nessa área do saber, isto é publicado! Na vida há muitas outras formas de conhecimento muito mais útil mas que não podem ter a mesma classificação. Vejamos o exemplo francês que, sem ser a vanguarda mundial, nos pode dar algumas ideias.